

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

THE FOREIGN POLICY OF VARGA'S GOVERNMENT DURING ESTADO NOVO AND THE CONSTRUCTION OF COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Camila Ferreira Pureza de OLIVEIRA*

Resumo: Através de documentos oficiais e de notícias de jornais analisou-se a política externa do Estado Novo de Getúlio Vargas durante as negociações e construção da Companhia Siderúrgica Nacional de 1940-1946. Constatou-se a relevância do empenho do embaixador Carlos Martins nas negociações para obtenção de recursos financiados pelos Estados Unidos para a construção da CSN. Pelos documentos analisados, percebeu-se não só o interesse dos EUA em acatar aos desejos brasileiros naquela conjuntura da II Guerra, como também como o governo Vargas soube tirar partido desse momento para alcançar o objetivo pretendido.

Palavras-chave: Política Externa brasileira; Companhia Siderúrgica Nacional; Governo Vargas.

Abstract: Making use of official documents and newspapers, it was analyzed the foreign policy of Estado Novo of Getúlio Vargas during the negotiations and construction of Companhia Siderúrgica Nacional from 1940 to 1946. It was established the relevance ambassador Carlos Martins' engagement on negotiations in order to obtain resources funded by the United States to the construction of CSN. Through the analyzed documents, it was noticed not only the North-American interests in heeding the Brazilian desires on the circumstances of II World War, but also how Vargas's government knew how to take advantage of this moment to reach the intended aim.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Companhia Siderúrgica Nacional; Vargas's Government.

Este artigo tem como objetivo analisar a política externa do Estado Novo de Getúlio Vargas durante as negociações e construção da Companhia Siderúrgica Nacional no período compreendido de 1940 a 1946. Foi desempenhada intensa investigação e concedida prioridade às fontes primárias durante a pesquisa, com o intuito de utilizar instrumentos de imensa legitimidade histórica na composição do tema sobre a política externa brasileira durante Estado Novo. Utilizaram-se documentos oficiais do Arquivo Histórico do Itamaraty, sediado no Rio de Janeiro, que revelam o recorte temporal de 1940 a 1946. Realizou-se intensa pesquisa na Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro, para agregar maior conteúdo histórico. Desenvolveu-se pesquisa aprofundada por meio do Relatório da Comissão Executiva do Plano

* Bacharel em Relações Internacionais- Doutoranda em Humanidades e Artes com menção em Ciências da Educação – Escuela de Posgrado. Facultad de Humanidades y Artes – UNR - Universidad Nacional de Rosario. Rosario, Santa Fe, Argentina. E-mail: camilapureza@msn.com.

Siderúrgico Nacional datado de 1940, obra rara e adquirida em uma loja destinada à venda de livros antigos no Rio de Janeiro.

A cena política instaurada em 1937 com a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e a campanha deste governo para desenvolver a indústria de base brasileira inspiraram a elaboração da questão analisada neste trabalho: A construção da Companhia Siderúrgica Nacional foi um coroamento da política externa de Vargas?

Antecedentes históricos

A Primeira República ou República Velha, instaurada em 1889, se estendeu até 1930. Em seus primeiros anos como República, o Brasil foi liderado por militares, e, em um segundo momento, a partir de 1894, houve o predomínio de lideranças oligárquicas na Presidência do Brasil, período denominado República Oligárquica. A Revolução de 1930 desarticulou a hegemonia de representantes de São Paulo e de Minas Gerais na Presidência do Brasil e inaugurou a Era Vargas.

Getúlio Vargas, representante do Rio Grande do Sul, disputou com Julio Prestes, as eleições de 1930. Prestes, representante de São Paulo, venceu as eleições, mas não assumiu a Presidência. O candidato de Vargas à vice-presidente foi assassinado, fato que gerou um clima de insatisfação generalizada, e setores militares passaram a vislumbrar uma possível guerra civil no Brasil. Washington Luis, ainda no cargo de presidente, não pretendia renunciar e, por consequência, Chefes militares depuseram-no, instalaram uma Junta Militar e Getúlio Vargas assumiu a Presidência no lugar de Prestes.

Vargas tornou-se a liderança do Brasil no período e governou mediante decreto como Chefe do Governo Provisório de 1930 a 1934. Em sequência, Vargas foi eleito pela Assembleia Constituinte e se manteve no poder amparado pela Nova Constituição de 1934 até o ano de 1937. Nesse mesmo ano, Vargas concretizou um golpe de Estado que impôs uma Nova Constituição, diluiu o Congresso e inaugurou a ditadura do Estado Novo, governo este que se manteve até 1945.

É necessário aclarar sobre acontecimentos econômicos anteriores que ainda se encontravam presentes na economia brasileira e ditavam o ritmo e inclinações durante os períodos dos Governos Provisório e Constitucionalista de Vargas, e, posteriormente, no contexto inicial do Estado Novo de 1937 a 1939.

A crise de 1929 e a crise cafeeira do Brasil simbolizavam vestígios econômicos desagradáveis e reais nos anos iniciais da década de 1930 e representavam desafios a

serem superados pelo governo de Getúlio Vargas. Vargas lançou mão da estratégia de implantar o processo de substituição de importações, que consistia em produzir internamente o que antes era importado.

Outra iniciativa utilizada para promover a retomada econômica brasileira, no período inicial do governo Vargas, anterior ao Estado Novo, foi a política comercial ambígua e direcionada para as potências Estados Unidos e Alemanha, que neste momento eram rivais não só pelas disputas comerciais, como também pela política ofensiva iniciada pela Alemanha de Hitler. As relações comerciais entre Brasil e a Alemanha foram intensificadas a partir de 1934, quando da consolidação do comércio compensado que permitia a troca de mercadorias entre os dois países sem intermediação de moeda forte. Esta solução se devia ao fato de Alemanha e Brasil não disponibilizarem reservas de divisas.

Plenas possibilidades foram reafirmadas às relações comerciais entre Brasil e EUA, por meio de um Acordo Comercial de Livre-Comércio em 1935. O Brasil oferecia concessões tarifárias a determinados produtos norte-americanos e os EUA liberavam de tributos os principais produtos de exportação brasileiros. Cabe destacar que Estados Unidos e Alemanha não possuíam colônias, portanto, tornou-se necessário a ambos os países o acesso a mercados latino-americanos com os objetivos de reativarem suas relações comerciais e instaurarem suas respectivas influências na América Latina.

Aliada à estratégia de acesso ao mercado consumidor brasileiro e ao mercado latino-americano, a Política da Boa Vizinhança praticada pelos Estados Unidos e inaugurada por Franklin Delano Roosevelt em 1933 tornou-se instrumento e foi utilizada intensamente para garantir a liderança norte-americana, estabilizar as políticas dos países latino-americanos; bem como conter a entrada de influências europeias.

Em 1939 houve o agravamento da situação política na Europa e a iminência da Segunda Guerra. Por sua vez, a América Latina se revelou, ainda mais, uma região estratégica no sentido econômico, cultural e geopolítico para os EUA. Quase dois anos da instauração do Estado Novo, em julho de 1939, em reunião extraordinária do Conselho de Segurança Nacional, o governo brasileiro decidiu que assumiria uma posição de neutralidade com relação à Segunda Guerra.

Neste contexto, por meio da política de “equidistância pragmática” (MOURA,1980, p. 21) o governo brasileiro estabeleceu relações comerciais com as potências rivais da época, EUA e Alemanha, e procurou tirar proveito de ambas. O Brasil desejava obter dos EUA e da Alemanha recursos estrangeiros para atingir seu

objetivo de reequipamento das Forças Armadas para possibilitar a segurança nacional e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), peça considerada chave para promover o desenvolvimento do país.

Esta equidistância brasileira, nas relações com Estados Unidos e Alemanha, era justificada pelas inclinações opostas praticadas por representantes do governo e por representantes de setores chave da economia do país. De um lado, Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, e a tradicional oligarquia agroexportadora apoiavam uma aliança com os Estados Unidos. Do lado oposto, e a favor da intensificação das relações com a Alemanha, estavam os representantes da indústria e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército.

As negociações para o Projeto Siderúrgico e a Política Externa brasileira

Em 1940 o governo brasileiro tinha como meta política a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Esta empreitada estava prestes a concretizar-se por meio de uma união com a companhia privada norte-americana United States Steel. Como se percebe em um telegrama de 05 de janeiro de 1940, do representante diplomático nos Estados Unidos, o Embaixador Carlos Martins, ao Major Macedo Soares, futuro integrante da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional:

Penteado pede comunicar que Greenwood avisou que a diretoria da United States Steel, em Pittsburgo aprovou o projeto, mas que o Comitê financeiro da referida companhia pediu informações adicionais que estão sendo prestadas, devendo a resolução definitiva ter lugar no próximo dia 10. Greenwood muito otimista.¹

Contudo, posteriormente, a United States Steel retirou sua proposta de investimento na Siderúrgica, argumentando que a CSN não traria grandes lucros à companhia. Além disso, os técnicos da companhia norte-americana achavam que o quadro de incerteza política no Brasil traria muitos riscos à United States Steel devido às disputas entre representantes da indústria e da oligarquia agroexportadora e à oposição dos setores nacionalistas ao capital estrangeiro.

Esta decisão decepcionou o governo brasileiro, levando-o a procurar novas empresas nos EUA para uma possível associação ao projeto de construção da Siderúrgica, como se observa neste outro telegrama do embaixador Carlos Martins ao presidente Getúlio Vargas:

Para sua Excelência o Senhor Presidente da República. Na presença do Consultor Financeiro do Departamento de Estado conferenciei hoje com o Secretário de Estado, ao qual dei conhecimento do pensamento que Vossa Excelência exprimi no último telegrama. Disse-lhe a decepção que causou a decisão da 'United Steel', porquanto o relatório técnico é muito mais decisivo e otimista do que as considerações de ordem geral que determinaram a Companhia a enviar seus representantes ao Brasil. Se a 'United Steel' não se interessava pela colaboração oferecida lealmente porque, inicialmente, não manifestara tal pensamento? O Secretário de Estado insinuou a possibilidade de interessar outras empresas de metalurgia. Respondi-lhe que o Brasil não podia esperar indefinidamente pela problemática boa vontade dos capitais norte-americanos para tornar uma realidade a política de boa vizinhança. Ficou combinada uma reunião, quinta-feira próxima, no Departamento de Estado, onde encontrarei os representantes da 'Reconstruction Finance Corporation', 'Export and Import Bank', Ministério do Comércio e interessados na metalurgia para procurarmos bases para a cooperação norte-americana.²

O primeiro telegrama exposto exprime um tom otimista e uma esperança do governo brasileiro na companhia United States Steel. Entretanto, neste segundo telegrama, percebe-se o tom de insatisfação e desconfiança do Brasil em relação à política de boa vizinhança dos EUA. É notório um quase "*ultimatum*" do embaixador Carlos Martins em resposta a Cordell Hull, Secretário de Estado dos EUA. É visível o empenho pessoal do embaixador para a realização da CSN.

A Siderúrgica, neste momento, não fazia parte dos interesses dos EUA. O governo norte-americano não desejava utilizar capital público para promover a construção da CSN. A propósito, desejava que o empréstimo para a Siderúrgica viesse do setor privado norte-americano, e, para tanto, estimulava conversações de empresas privadas com o governo brasileiro. Conseqüentemente, o governo de Roosevelt manteria um distanciamento em relação ao objetivo brasileiro.

O embaixador Carlos Martins, em outro telegrama ao Presidente da República, Getúlio Vargas, em 31 de janeiro de 1940, relatou que havia conferenciado com o Subsecretário de Estado, Sumner Welles, e que este prometera aclarar sobre consultas que o governo norte-americano estava a realizar a fim de encontrar empresas interessadas na CSN.³

Apesar do empenho de representantes do governo norte-americano em solucionar a questão, o governo brasileiro não conseguiu obter apoio de empresas privadas norte-americanas. Com isso, Roosevelt foi obrigado a atender às exigências de Vargas: A CSN e o reequipamento militar. Em um cenário internacional bélico e com a possibilidade da entrada norte-americana na guerra, tornou-se necessário o esforço dos Estados Unidos para financiamento da CSN para o Brasil. A partir do empréstimo para

a construção da Siderúrgica, os EUA conseguiriam por em prática o objetivo de expandir a influência norte-americana na América Latina, que estava ameaçada em razão da guerra europeia:

Roosevelt compreendia a gravidade da situação e tinha claro que a não satisfação das reivindicações brasileiras poderia significar o afastamento do Brasil da esfera de influência norte-americana e a política de solidariedade continental ficaria sobremaneira enfraquecida (OLIVEIRA, 2003, p.48-49).

A guerra, os interesses estratégicos dos EUA e o desempenho do embaixador brasileiro Carlos Martins podem ser percebidos como um impulso à resposta norte-americana, em fevereiro de 1940. O Departamento de Estado norte-americano mencionou a possibilidade de uma união do governo brasileiro com o governo dos EUA para o financiamento da CSN. A proposta para a construção da Siderúrgica foi apresentada a Morgenthau Jr. (Tesouro) e a Jesse Jones (Administração do Crédito Federal).

Em 04 de março do mesmo ano, Vargas criou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional a fim de realizar estudos finais para a construção da Siderúrgica:

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art.180 da Constituição, e considerando que, na presente fase de renovação econômica do País, se torna indispensável organizar a indústria siderúrgica em bases definitivas; [...], decreta:
Art. 1º. Fica instituída a ‘Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, composta de seis membros nomeados pelo Presidente da República’.⁴

Em maio, após negociações, ficou estabelecido que o Brasil receberia o empréstimo para a Siderúrgica, no valor de 10 milhões de dólares, apenas, e o projeto deveria ter a participação de uma corporação norte-americana. Vargas não ficou satisfeito com o resultado das negociações e, em 11 de junho de 1940, fez um discurso contundente, exercendo pressão aos EUA para um maior comprometimento com relação à Siderúrgica. O discurso exprimiu o real objetivo brasileiro de construir a Siderúrgica e de reequipar as Forças Armadas, e caso o governo dos EUA não promovesse o desejo brasileiro, Getúlio Vargas estaria disposto a “olhar a organização dos povos fortes”, ou seja, a Alemanha.

Esta afirmação era resultado das vitórias do Eixo (Alemanha, Itália, Japão) na guerra. Getúlio também deixou claro que desejava manter a neutralidade do Brasil e a

união pan-americana. Posteriormente, em um outro pronunciamento, Vargas expressou idéias do mesmo conteúdo.

Em telegrama de 11 de junho, do embaixador Carlos Martins ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, há um comentário sobre o pronunciamento do presidente Roosevelt, expressando o temor do presidente pelas potências do Eixo:

O presidente Roosevelt acabou de fazer o seu discurso na Universidade de Virgínia, por ocasião da colação de grau defendendo o espírito e a instituição americanos, ameaçados pela Alemanha e a Itália na presente guerra. Historiando as suas negociações com Mussolini acusou a Itália de aproveitar a ocasião desfavorável à França para apunhalá-la pelas costas. Disse que os Estados Unidos acompanham com interesse a luta na Europa e darão todo apoio aos aliados e desejam-lhes a vitória final.⁵

Em outro telegrama de 12 de junho, o embaixador Carlos Martins relatou as interpretações que foram extraídas do discurso de Vargas e os argumentos que usou em conferência com Subsecretário de Estado, Sumner Welles:

O discurso do Presidente da República causou sensação nos Estados Unidos, sendo interpretado em alguns tópicos publicados, como encomiástico ao regime totalitário europeu e contrário às opiniões manifestadas no último discurso de Roosevelt. Minha conferência com Welles significou que os apressados comentários dos tópicos isolados do discurso desvirtuaram a intenção do Presidente, encarecendo sua amizade por Roosevelt e apreço à união política americana. O Presidente Getúlio Vargas reafirmou que deseja manter a neutralidade do Brasil e o segundo discurso pronunciado ultimamente em Minas, de que mostrei o texto, nunca entendeu aquela posição isoladamente e só de acordo com as Nações americanas. Hull, em conferência jornalística disse que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América eram, no momento atual, as melhores do Novo Mundo. Welles disse-me que, provavelmente, Roosevelt, na primeira conferência com os jornalistas, fará declaração semelhante.⁶

No dia seguinte, o embaixador Carlos Martins comunicou ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, o seu esforço para esclarecer as palavras do discurso do presidente Vargas, “buscando corrigir a interpretação errônea”, na tentativa de reverter a imagem de que o Brasil estaria com inclinações pró-Alemanha:

Na entrevista que hoje tive com Sumner Welles expus as considerações de Vossa Excelência, no telegrama nº. 109. Aos jornalistas tenho exposto o verdadeiro significado do discurso do presidente, buscando corrigir a interpretação errônea das suas palavras. Transmiti a circular nº 1435 aos nossos Consulados bem como à ‘Brazilian American Association’ e ao Escritório de

Informações em Nova York, para maior divulgação. Roosevelt, na primeira conferência jornalística, dará seu pensamento, reforçando as considerações de Cordell Hull. Dada à agitação da opinião pública em face da guerra européia o discurso provocou forte reação, oferecendo oportunidade para comentários desagradáveis da imprensa e juízos desfavoráveis de alguns Senadores. Nossa explicação e atitude serena, sem vacilação, desde o primeiro momento, bem como as considerações de Cordell Hull na Conferência da imprensa, muito influíram, para amainar a agitação. Sumner Welles está seguro de que, após a declaração que fará Roosevelt, tudo volverá ao estado normal. Disse-me que, nas demais Repúblicas sul-americanas, exploram a situação.⁷

Percebe-se não só o impacto do discurso do presidente Vargas, no alto escalão do governo americano, bem como o esforço pessoal do embaixador em esclarecer e minimizar um possível abalo nas relações entre Brasil e EUA. Em razão da grande agitação que o discurso causou, o presidente Getúlio Vargas, enviou um telegrama ao presidente Roosevelt, esclarecendo a questão.

Nas palavras de Carlos Martins a Oswaldo Aranha, em 15 de junho, observa-se a reação da imprensa e do presidente Roosevelt em resposta ao esclarecimento de Vargas:

A secretaria da Presidência deu conhecimento a toda a imprensa do telegrama do Senhor Presidente da República, dando a verdadeira interpretação do discurso pronunciado em 11 de junho e que deu lugar ao apressado comentário tendencioso. A impressão geral é ótima. Sumner Welles disse que o telegrama do Senhor Presidente da República causou a mais viva satisfação ao Presidente Roosevelt, que espera, satisfará plenamente à opinião pública.⁸

O impacto do discurso de Vargas levou à Administração do Crédito Federal dos EUA a reavaliar a proposta e aumentar o crédito para financiamento da CSN. Segundo Carlos Duarte, “[...] um dos grandes méritos de Vargas seria, então, o fato de ter pronunciado o discurso a bordo do Minas Gerais na ocasião certa e conseqüentemente pressionando os EUA” (DUARTE, 1986, p. 25). Contudo, vale acentuar que: “O governo brasileiro manobrava e podia agir com alguma liberdade em certos espaços. Mas estes, não tinham sido por ele criados” (MOURA, 1991, p. 25).

Os Estados Unidos temiam um maior estreitamento das relações entre Brasil e Alemanha. Caso a Alemanha financiasse o projeto siderúrgico, ocorreria uma expansão da influência alemã no Brasil, nos âmbitos militar, econômico e cultural. Em consequência disto, o governo brasileiro sairia da esfera de poder norte-americano, e os EUA perderiam o espaço brasileiro, não só como região estratégica, no contexto da guerra, mas também, como um grande mercado consumidor em potencial.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi uma consequência necessária promovida pelos EUA, “o preço de obtenção” (MOURA, 1991, p. 21) pago para que o governo norte-americano pudesse ter seus interesses estratégicos realizados pelo governo brasileiro.

Projeto Siderúrgico – mais próximo de ser realizado

Em agosto de 1940, a questão sobre a implantação da Siderúrgica foi novamente discutida e, em setembro do mesmo ano, os integrantes da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional viajaram para os EUA para a consolidação de um acordo com o governo norte-americano.

Em 25 de setembro, Guilherme Guinle, presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, elaborou uma carta a ser apresentada a Jesse Jones, Administrador da Agência Federal de Empréstimos de Washington, na qual consultou se o Export-Import Bank faria o financiamento para a construção da CSN e expôs as quantias necessárias para a realização do projeto siderúrgico brasileiro. Em 26 de setembro, Jesse Jones enviou uma resposta a Guilherme Guinle, na qual concordava com os termos estabelecidos e confirmando o empréstimo ao governo brasileiro:

Prezado Dr. Guinle:

Em seguimento às nossas várias conversações [...] tenho o prazer de avisar a V.S., que o Export-Import Bank agora confirma a consignação provisória dos \$ 10.000.000 anteriormente aprovados para este projeto, e concorda aumentar a importância, conforme a obra for progredindo, para um total cumulativo de \$ 20.000.000. [...]

Em vista do fato de ter sido limitada a experiência dos brasileiros na fabricação de aço em larga escala, a gerência da empresa deverá incluir administradores e engenheiros experimentados na fabricação de aço nos Estados Unidos, até que fique assegurado um funcionamento com sucesso, à mútua satisfação do Export-Import Bank e dos capitalistas brasileiros. Tenho toda confiança que, com experiência suficiente, os brasileiros serão capazes de fabricar aço com sucesso e simpatizo profundamente com o seu presidente e o seu povo no seu desejo de construírem esta indústria.⁹

Percebe-se, no último parágrafo da carta, a menção de mão de obra especializada norte-americana para funcionamento da Siderúrgica. Houve, portanto, além do financiamento, um importante apoio técnico e troca de conhecimento, com a vinda de engenheiros especializados e administradores dos EUA.

O empréstimo foi realizado e o embaixador Carlos Martins relatou ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, sobre os termos do acordo:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram hoje trocadas cartas entre o Doutor Guilherme Guinle e Jesse Jones, assegurando o crédito de 20 milhões de dólares, pelo prazo de 13 anos a juros de 4%, destinado à construção da usina siderúrgica, de acordo com o plano adotado pela Comissão brasileira.¹⁰

Por meio do telegrama do Conselheiro Comercial Paulo Hasslocher a Oswaldo Aranha, em 21 de outubro, sobre os acontecimentos ocorridos no mês de setembro, há um extenso comentário que responde perfeitamente à questão levantada sobre a política externa brasileira durante as negociações e empréstimo para a CSN. Percebe-se o quanto foi importante o trabalho da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, mas, sobretudo, o empenho pessoal do embaixador Carlos Martins:

A assinatura do empréstimo de vinte milhões de dólares para a fundação da grande usina siderúrgica no Brasil, constitui um acontecimento de excepcional relevância na nossa vida econômica comparável à construção do porto de Santos, há cerca de cinquenta anos. [...] Nestes últimos trinta anos vinham sendo feitas várias e continuadas tentativas por parte do nosso Governo e de empresas particulares para a instalação de uma grande usina capaz de produzir as manufaturas de aço exigidas pelas necessidades do progresso e pelos imperativos econômicos da vida brasileira. Problema por demais complexo, impondo a cooperação dos Governos federal e estadual e de nação ou nações estrangeiras, capital e técnicos estrangeiros, não se havia conseguido chegar a um acordo e o Brasil continuava a importar os trilhos para as suas estradas de ferro, as vigas de aço para as suas pontes, as chapas para os seus vapores e os canhões para a defesa nacional.

Das tentativas anteriores fracassaram umas pela inoportunidade, outras pelo desacordo entre nacionais e estrangeiros, outras por erros técnicos e outras ainda pela inabilidade ou incompetência dos negociadores. Desta vez, um conjunto todo excepcional de circunstâncias favoráveis coroou as negociações do mais brilhante êxito.

O prestígio já hoje universal do presidente Getúlio Vargas, a sábia, firme e bem orientada política exterior de Vossa Excelência, a Comissão Executiva composta do Doutor Guilherme Guinle, Tenente-Coronel Macedo Soares e Doutor Ary Torres, homens de prestígio dentro e fora do Brasil e de alta capacidade técnica, mais a política de ‘Boa vizinhança’ que o presidente Roosevelt e o Secretário Cordell Hull vêm pregando e executando, foram habilmente aproveitados e usados pelo embaixador Carlos Martins que por ordem do presidente Vargas reabriu a questão em seguida ao último e ruidoso fracasso.

Raras vezes em nossa história diplomática, a ação do embaixador há sido tão eficiente, nítida e precisa. Posso afirmar com segurança, pelo conhecimento que tenho dos fatos, que o embaixador Carlos Martins cabe o maior quinhão da vitória. Começou Sua Excelência por dar um rumo inteiramente diferente às negociações. Anteriormente haviam sido procurados grandes industriais e as grandes usinas deste país.

Os estudos por eles feitos conduziram à indecisão e finalmente a negativa. Decidiu, pois, o embaixador Martins tratar diretamente com o Governo deste país, dando início às negociações em uma conferência convocada no Departamento de Estado e que estiveram presentes altos funcionários e técnicos em economia e finanças. A brilhante exposição por ele feita nessa ocasião, dez meses antes da assinatura do acordo, constitui o marco mais importante das negociações. Nela ficaram fixados os princípios gerais e a orientação a seguir. Dali por diante foi Sua Excelência estabelecendo os necessários contatos, debatendo o assunto já em outros ministérios até que fixadas as bases do acordo, sugeriu a vinda da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. A chegada desta contribuiu para a solução rápida e feliz. Os senhores Doutor Guilherme Guinle, tenente-coronel Macedo Soares e Doutor Ary Torres vieram munidos de planos e projetos bem elaborados e bem estudados. Cabem, pois, especificamente ao embaixador Martins e à Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional a realização de um vantajoso acordo econômico e financeiro sem precedentes ou sem igual em toda a vida brasileira. A grande usina siderúrgica a instalar-se no Brasil terá o crédito de 20 milhões de dólares a sua disposição neste país e o prazo do pagamento será de 13 anos e os juros de 4%. Os pagamentos só terão início dentro de 3 anos, isto é, depois de instalada e funcionando a usina. O tipo do empréstimo é 100%. Não houve intermediários, nem comissões.¹¹

Constata-se que a CSN foi também uma consequência do empenho do governo brasileiro que não desistiu da busca pelo desenvolvimento do país. O governo ousou em utilizar de todos os artifícios técnicos, através dos estudos da Comissão Executiva; políticos, por meio da neutralidade na guerra e de artifícios diplomáticos, através dos trabalhos do embaixador Carlos Martins.

Na política exterior deste momento, percebe-se o que Clodoaldo Bueno apontou de “reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implantação de uma siderúrgica sua pedra angular” (BUENO, 1992).

Pelos documentos analisados, percebe-se não só o interesse dos EUA em acatar aos desejos brasileiros naquela conjuntura da II Guerra, como também o governo Vargas soube tirar partido desse momento para alcançar o objetivo pretendido. Portanto, foi precisa a análise do conselheiro comercial Paulo Hasslocher sobre a conquista da CSN, descrita em suas palavras como “um conjunto todo excepcional de circunstâncias favoráveis coroou as negociações do mais brilhante êxito”.

Conforme exclamou o Coronel Edmundo Macedo Soares, integrante da Comissão Executiva, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em novembro de 1940: “[...] que o Brasil tenha, em sua primeira usina com coque metalúrgico, um real instrumento de prosperidade econômica”.¹²

Após a concessão do empréstimo para a realização da Siderúrgica, os técnicos da Comissão Executiva começaram a tomar providências para iniciação das obras para a instalação da usina que foi inaugurada em 1946, no governo Dutra.

A mudança da Política Externa brasileira: II Guerra Mundial

No final de 1940 e início de 1941, a neutralidade brasileira em relação aos acontecimentos bélicos do cenário internacional estava em vias de acabar. Em outubro de 1940, o Chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, Góes Monteiro, viajou para os EUA para participar da Reunião dos Chefes de Estado-Maior dos Exércitos das Repúblicas Sul-Americanas. Embora os militares brasileiros ainda mantivessem uma admiração pela Alemanha, esta reunião simbolizou uma possível aliança entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos.

A criação da Comissão Mista Brasil-EUA, para aprimorar medidas comuns de defesa e a assinatura de um acordo para a criação de uma missão militar dos EUA no Brasil, assinalava a intenção de aliança militar entre os dois países.

Em outubro, houve um bloqueio naval britânico em Gibraltar ao navio brasileiro Siqueira Campos, que transportava material bélico alemão. Este material era oriundo de um acordo brasileiro realizado em 1938 com a fábrica alemã Krupp.

Em dezembro do mesmo ano, o navio brasileiro foi liberado através de negociações entre EUA e a Grã-Bretanha. O Brasil apenas recebeu parte da carga estipulada no acordo com a fábrica alemã. A Grã-Bretanha, que já mantinha comércio com o Brasil, não conseguiu suprir as necessidades brasileiras de produtos manufaturados. Os EUA aproveitaram deste fato para consolidarem suas hegemonias política e econômica sobre o Brasil. Com a liberação do navio, o Brasil se comprometeu em por fim ao comércio compensado com a Alemanha, negociando o reaparelhamento militar brasileiro.

Devido à ajuda norte-americana para a liberação do navio brasileiro, Getúlio Vargas autorizou a construção de bases militares financiadas pelos Estados Unidos.

No início de 1941, a fim de fazer face a qualquer eventualidade que ocorresse devido à guerra, o governo norte-americano tratou com o Brasil sobre a compra de minerais estratégicos brasileiros como manganês, quartzo, mica, diamantes industriais, cristal e, também, borracha. Percebe-se, no contexto bélico, a importância do comércio de produtos brasileiros necessários à defesa do território norte-americano.

Em julho de 1941, o governo dos EUA começou a financiar a construção para estabelecimento de bases navais e aéreas no Brasil para a defesa do Continente Americano, bem como a preparação para envio da primeira remessa de material bélico destinado ao Brasil, cumprindo a promessa de reequipamento militar brasileiro.

Em telegrama de 14 de agosto do mesmo ano, do embaixador em Londres, Muniz de Aragão, ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, o embaixador relatou sobre um artigo publicado no jornal inglês, “South American Journal”, que fazia referência ao Brasil e a guerra.¹³ O artigo relatava sobre a relação do presidente Getúlio Vargas e Roosevelt na causa Pan-Americana e a atitude amigável brasileira junto aos EUA em razão do empréstimo para a Siderúrgica. O artigo referia-se também à existência de uma grande população estrangeira e seus descendentes, italianos, japoneses e alemães, que poderia disseminar a influência dos países do Eixo sobre o Brasil.

Em outubro de 1941, o Brasil, junto aos EUA, fez outro acordo nos termos “Lend and Lease” para empréstimo e arrendamento de material bélico. Em 08 do mesmo mês, em telegrama do cônsul brasileiro, Gomide, em Iocoama ao ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, constata-se que o Brasil foi alvo de intensas especulações sobre seu papel na guerra e sua relação com os EUA.

O cônsul brasileiro referiu-se a uma especulação feita por um correspondente japonês no Brasil, Hideo Aragaki, a respeito da neutralidade do Brasil. Segundo o cônsul, o correspondente japonês percebia o Brasil “sob a órbita política dos EUA, dando a entender nas entrelinhas, que sua neutralidade foi abandonada, em vista da pressão daquela nação norte-americana”.¹⁴ Percebe-se nas palavras do cônsul, uma indignação frente ao parecer de Hideo Aragaki, correspondente dos jornais japoneses, no Brasil. Para o cônsul, as conclusões do correspondente a respeito de que o Brasil tinha por pressão se alinhado aos EUA, feriam “a dignidade nacional do Brasil”.

Embora o Brasil ainda assumisse uma posição neutra, a intensa cooperação junto aos EUA refletia que o Brasil aderiria à causa dos Aliados. Em janeiro de 1942, por desejo dos EUA, ocorreu no Rio de Janeiro a III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, na qual o Brasil declarou seu alinhamento aos EUA, rompendo relações diplomáticas com o Eixo. A adesão brasileira foi uma demonstração de solidariedade continental, pilar da política dos EUA.

Em 19 de janeiro, em telegrama do embaixador Carlos Martins a Oswaldo Aranha, o embaixador relatou sobre a repercussão da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores:

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência de que a imprensa americana tem manifestado notável atenção para a Reunião dos Ministros das Relações Exteriores. [...]

A proposta da ruptura das relações diplomáticas dos países do hemisfério com respeito aos países do Eixo representava não somente o pensamento dos EUA, como programa essencial da Reunião, mas a própria liderança de Washington nos trabalhos da Conferência.

A atitude refratária e isolada da Argentina dava a impressão de que as nações continentais formavam bloco em torno da República Portenha.

Entretanto a solidariedade era superficial; o Chile dava demonstrações de uma atitude pelo menos reticente. O progresso e a ameaça dessa dissociação, capaz de se desenvolver perante os reveses americanos e britânicos do Palácio, determinou a intervenção eficaz do presidente Getúlio Vargas.

No momento atual, a atitude do Brasil, definida pelo Chefe de Estado, aparece para os EUA como o núcleo de solidariedade continental, em formação perante a guerra.

Os jornais atribuem hoje a verdadeira liderança da Conferência ao Chefe Executivo brasileiro.¹⁵

Em outro telegrama dias depois, o embaixador Carlos Martins comunicou a Oswaldo Aranha sobre a política de Roosevelt frente à ameaça nazista:

A política de Washington é a da mobilização diplomática do continente a favor da causa aliada. Um eventual ataque nazista contra a América do Sul teria menos gravidade em face de um continente unido do que de nações dispersas e sujeitas às correntes intensas capazes de facilitar enormemente a agressão inimiga.

Essa política é de longo alcance e dentro do espírito da mensagem do presidente Roosevelt.

Sobre o Estado da União, funda-se da capacidade invencível dos EUA de se tornarem a maior potência militar do mundo.¹⁶

Com o alinhamento do Brasil aos EUA, intensificaram-se os estabelecimentos de bases norte-americanas em Belém, Natal e Recife, e foram firmados, em fevereiro e março de 1942, acordos militares e econômicos através da Missão Souza Costa, em Washington.

Em 17 de abril de 1942, o embaixador em Londres, Muniz de Aragão, em telegrama a Oswaldo Aranha, comentou sobre a imagem que os jornais britânicos estavam construindo sobre o Brasil. O título como “Liderança na América do Sul” fazia referência ao relevo que o Brasil havia adquirido, em razão da atitude assumida na conjuntura internacional daquele momento.¹⁷

Em telegrama em 29 de julho de 1942, o embaixador em Montevidéu, João Baptista Lusardo, relatou a Oswaldo Aranha sobre comentários do jornal “El Plata” a respeito da posição do Brasil no Continente Americano:

[...] El Plata retoma as suas armas contra nós e não hesita em lançar sobre o nosso país suspeitas incríveis de imperialismo, denunciando em nossos preparativos militares de defesa um perigo futuro para as demais nações sul-americanas.¹⁸

Através deste telegrama, percebe-se que havia alguns opositores com relação ao crescente papel do Brasil, naquele momento, aliado aos EUA. Em agosto do mesmo ano, após ataques alemães e italianos a navios mercantes brasileiros, o Brasil declarou Estado de Beligerância à Itália e à Alemanha.

Em telegrama, em 02 de fevereiro de 1943, o embaixador brasileiro em Quito, João Carlos Muniz, comentou a Oswaldo Aranha sobre a Conferência em Natal no Nordeste do Brasil entre Roosevelt e Vargas dias antes, a qual provocou “profunda sensação nos meios políticos do Equador”. O embaixador remeteu ao ministro um recorte de jornal de 30 de janeiro sobre o assunto referindo-se que os presidentes trataram sobre o esforço bélico das nações unidas. Também na ocasião do encontro houve congratulações ao governo brasileiro pelo primeiro aniversário da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e o Eixo.¹⁹

A cooperação entre Brasil e Estados Unidos abriu espaço a um intenso debate sobre os reais interesses de ambas as partes como se percebe através do telegrama em 02 de fevereiro de 1944, do cônsul brasileiro em Portland, Camargo Neves, a Oswaldo Aranha. No primeiro parágrafo do telegrama, um jornalista norte-americano se mostrou cético em relação à boa amizade do Brasil com os EUA e, no segundo parágrafo, protestando o argumento anterior, foram citados os minerais brasileiros como essenciais no combate bélico internacional:

[...] o jornalista Roberts Ó Case, chegado recentemente do Brasil, falou sobre as suas impressões e aproveitou a ocasião, como sempre faz como jornalista e político republicano, para atacar a política de boa vizinhança, mormente pela maneira como tem sido exercida. Muito cético, não acredita nos resultados, nem tão pouco na boa amizade, cessados os empréstimos e arrendamentos.

[...] O senhor Paul Mc. Kee pediu a palavra e disse ser, também, muito bem republicano, mas que não podia ouvir, sem protestar, semelhante declaração feita sem fundamento, porque a política americana com o Brasil deu excelentes resultados e compensadores sucessos, sem os quais não poderiam os Estados Unidos combater, por falta de borracha, quartzo, manganês e mica.

[...] A cooperação do Brasil tornou possíveis as campanhas da África e da Itália, em virtude da relação fraternal, entre os dois países e a expedição militar do Brasil, em breve, confirmarão aos Aliados que o Brasil também é combatente.²⁰

Considerações finais

Através do estudo realizado neste trabalho, foi possível concluir que a Companhia Siderúrgica Nacional foi um coroamento para o governo Vargas, propiciado pela política externa brasileira adotada naquele momento e, pela conjuntura estabelecida na II Guerra Mundial, na qual o Brasil havia adquirido importância estratégica para os EUA para a disseminação do ideal norte-americano e para a defesa do Continente.

Pelos documentos analisados constatou-se que o interesse dos EUA em obter apoio brasileiro e a disposição em fazer concessões, foram critérios primordiais para a aquisição brasileira do financiamento para a Siderúrgica.

Torna-se interessante destacar que, Vargas soube aproveitar o momento oportuno e estabelecer bases para a concessão do empréstimo, através da neutralidade e possível aliança com o Eixo, levando a um maior comprometimento do governo norte-americano.

Durante esta pesquisa, observou-se também a relevância do empenho do embaixador Carlos Martins, ao qual, segundo o conselheiro comercial Paulo Hasslocher, “cabe o maior quinhão da vitória”²¹, e a eficiência através de projetos elaborados da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.

Referências

- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Correspondências oficiais de 1940 a 1946*. Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
- BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL. Relatório técnico. Rio de Janeiro, 1940.
- DUARTE, S. Carlos Sérgio. Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986). *Cadernos do IPRI*, n. 2, 1986.
- DADOS sobre a CSN. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav-fatos-imagens/htm/fatos/csn.htm>. Acesso em: 10 set. 2004.
- JORNAL DO BRASIL. Nov., 1940.
- MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: O caso do Brasil, 1939-42. *Revista de Ciências Sociais*, v. 36, n. 1, 1993.
- _____. *Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- _____. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Notas

¹ MARTINS, C. [Telegrama] 05 jan. 1940, Washington [para] SOARES, M. Rio de Janeiro. Comunica informações sobre a negociação para o projeto Siderúrgico brasileiro.

² MARTINS, C. [Telegrama] 22 jan. 1940, Washington [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. Comunica informações sobre a negociação para o projeto Siderúrgico brasileiro.

³ MARTINS, C. [Telegrama] 31 jan. 1940, Washington [para] VARGAS, G. Rio de Janeiro. Comunica conferência com Subsecretário de Estado norte-americano sobre a negociação para o projeto Siderúrgico brasileiro.

⁴ BRASIL. Decreto-Lei nº 2054 de 04 de março de 1940. Institui a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Rio de Janeiro, RJ. 1940.p.171-172.

⁵ MARTINS, C. [Telegrama] 11 jun. 1940, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Comentário sobre o pronunciamento do presidente Roosevelt.

⁶ MARTINS, C. [Telegrama] 12 jun. 1940, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão do discurso do Presidente Vargas.

⁷ MARTINS, C. [Telegrama] 13 jun. 1940, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão do discurso do Presidente Vargas.

⁸ MARTINS, C. [Telegrama] 15 jun. 1940, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão do discurso do Presidente Vargas.

⁹ Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Rio de Janeiro, RJ. 1940.p.139-140.

¹⁰ MARTINS, C. [Telegrama] 26 set. 1940, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Informações sobre o empréstimo para a construção da Siderúrgica.

¹¹ HASSLOCHER, P. [Telegrama] 21 out. 1940, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Extenso relato sobre as negociações para a construção da Siderúrgica.

¹² SOARES, M. *Jornal do Brasil*, 02 de novembro de 1940.

¹³ ARAGÃO, M. [Telegrama] 14 ago. 1941, Londres [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre um artigo que discutia sobre as relações entre Brasil e EUA.

¹⁴ GOMIDE. [Telegrama] 08 out. 1941, Icoama [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro.

¹⁵ MARTINS, C. [Telegrama] 19 jan. 1942, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a repercussão da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores.

¹⁶ MARTINS, C. [Telegrama] 22 jan. 1942, Washington [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a ameaça nazista.

¹⁷ ARAGÃO, M. [Telegrama] 17 abr. 1942, Londres [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre a imagem do Brasil.

¹⁸ LUSARDO, B. [Telegrama] 29 jul. 1942, Montevidéu [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre posição do Brasil.

¹⁹ MUNIZ. [Telegrama] 02 fev. 1943, Quito [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Relato sobre conferência entre Roosevelt e Vargas.

²⁰ NEVES, C. [Telegrama] 02 fev. 1944, Portland [para] ARANHA, O. Rio de Janeiro. Comentário sobre a imagem do Brasil na Guerra.

²¹ Referência ao trecho do telegrama de 21 de outubro de 1940 do conselheiro comercial Paulo Hasslocher ao ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha.

Artigo recebido em:31/08/2014. Aprovado em: 15/10/2014.